

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/337657814>

# As Controvérsias do Turismo Cultural e suas Contingências com a Arquitetura Vernácula

Conference Paper · January 2020

CITATIONS

0

READS

39

3 authors:



**Leandro Benedini Brusadin**

Universidade Federal de Ouro Preto

30 PUBLICATIONS 34 CITATIONS

SEE PROFILE



**Lia Sipaúba Proença Brusadin**

Universidade Santa Úrsula

4 PUBLICATIONS 0 CITATIONS

SEE PROFILE



**Frederico de Paula Tofani**

Federal University of Minas Gerais

13 PUBLICATIONS 4 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Patrimônio Cultural e Natural no Extremo Sul da Bahia, Brasil [View project](#)



LES CONCEPTS SOCIAUX FONDAMENTAUX DE L'HOSPITALITÉ [View project](#)



## ARQUITETURA VERNÁCULA E TURISMO

### AS CONTROVÉRSIAS DO TURISMO CULTURAL E SUAS CONTINGÊNCIAS COM A ARQUITETURA VERNÁCULA

**BRUSADIN, LEANDRO BENEDINI<sup>(1)</sup>; BRUSADIN, LIA SIPAÚBA PROENÇA<sup>(2)</sup>;  
TOFANI, FREDERICO DE PAULA<sup>(3)</sup>**

1. Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia.  
Departamento de Turismo  
Campus Universitário, Morro do Cruzeiro, s/n, Ouro Preto, MG. CEP: 35400-000  
leandro@ufop.edu.br

2. Universidade Santa Úrsula. Núcleo de Arte, Conservação e Restauo  
Rua Fernando Ferrari, 75, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22.231-040  
liabusadin@gmail.com

3. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Departamento de Projetos  
Rua Paraíba, 697, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 30130-140  
fptofani@ufmg.br

#### RESUMO

As concepções para o uso turístico do patrimônio cultural brasileiro são paradoxais e, por vezes, contraditórias, tais como as diferentes perspectivas dos estudiosos do tema. Os diversos atores do turismo e do patrimônio estão entrelaçados em um jogo dialético de representações sociais e econômicas. O objetivo proposto é refletir a relação entre o turismo e o patrimônio cultural em uma perspectiva interdisciplinar aplicada a arquitetura vernácula. A metodologia se baseia nas discussões teóricas acerca das controvérsias do turismo cultural e suas contingências com a arquitetura vernácula, contrapondo socialmente as concepções de cultura, símbolo e tradição sob a ótica da História, do Turismo e da Arquitetura e Urbanismo. Conclui-se que o turismo vernáculo de base comunitária pode lançar propostas de políticas de hospitalidade associativas que almejam os anseios da própria comunidade em suas trocas sociais com os agentes externos. A interpretação para a conscientização da arquitetura vernácula enquanto patrimônio cultural pode ser um dos matizes para a preservação dos saberes tradicionais e sua fruição como *lugar dentro do lugar*.

**Palavras-chave:** Turismo Vernáculo de Base Comunitária; Jogo Cultural; Interpretação; Trocas Sociais; Interdisciplinaridade.

## INTRODUÇÃO

A atividade turística contemporânea é frequentemente associada ao comportamento ávido dos turistas em percorrer os atrativos e consumir tudo o que lhes é apresentado. Tais atrativos podem ser manifestações populares alçadas a patrimônio cultural e, dentre elas, arquiteturas vernáculas. Muitos visitantes não possuem tempo suficiente para sua fruição – e sequer meios adequados para tanto –, já que são impelidos a conhecer outros locais em um tempo condicionado pela logística da viagem. A compra de *souvenirs* e o registro em redes sociais materializam a memória do viajante para si próprio e, também, para os outros a quem o turista deseja exibir o seu poder social ou mesmo compartilhar experiências. A comunidade visitada se vê em uma lógica paradoxal, pois ainda que a atividade turística possa trazer benefícios econômicos a alguns segmentos, a maioria dos habitantes locais é profundamente afetada pelos severos impactos negativos que costumeiramente advém dessa atividade, especialmente em contextos padecendo de uma base econômica frágil e sem diversificação da atividade (TOFANI, 2004, 2008). Nesse cenário, os diversos atores do turismo e do patrimônio cultural estão entrelaçados em um jogo dialético de delicadas representações sociais e econômicas.

Este artigo tem como finalidade discutir o que entendemos com as principais controvérsias do turismo cultural e suas contingências com a arquitetura vernácula, contrapondo socialmente as concepções de cultura, símbolo e *tradição inventada* sob a ótica da História, do Turismo e da Arquitetura e Urbanismo. O objetivo proposto não são soluções acabadas, por vezes expostas em perspectivas intelectuais verticalizadas, mas sim, refletir sobre alguns *caminhos e portas* da relação entre o turismo e o patrimônio, tal como o conceito proposto de *turismo vernáculo de base comunitária* a partir da criação de *políticas de hospitalidade*, aqui entendida como uma ética de reciprocidade). Supõe-se que associação entre a atividade turística e o patrimônio ocorre no imaginário social diante do jogo lúdico que encarnam as aspirações humanas e suas emoções. No entanto, tais anseios não podem estar dissociados da preservação das materialidades e imaterialidades dos bens patrimoniais locais que, no caso do presente trabalho, se dá nas relações de trocas sociais entre a arquitetura vernácula e o turismo<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto, em especial, dos debates interdisciplinares entre os membros do Grupo de Pesquisa CNPq *Vernaculum: Paisagem, Ambiente Construído, Patrimônio e Turismo*.

## A CULTURA, O TURISMO E O PATRIMÔNIO: UM JOGO DIALÉTICO

O conceito de cultura aplicado ao turismo se constrói em movimento temporal e espacial a partir das perspectivas antropológica, histórica e social. Malinowski (1975), por exemplo, já havia definido cultura de maneira ampla, “abrangendo as heranças de artefatos, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores” (p. 43). Esta concepção foi reforçada por Geertz (1989), que, em sua teoria interpretativa da cultura, define: “cultura é o padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida” (p. 52). Pelo viés da Nova História Cultural, Chartier (1990) denota a cultura como: “um padrão, transmitindo historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida” (p. 67).

A cultura e suas formas de representação, tal como as tradições populares, expressam os valores simbólicos do ser humano e seu imaginário social de um dado espaço e tempo histórico. Hobsbawm (1984) entende a *tradição inventada* como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. De natureza ritual ou simbólica, essas práticas manifestam valores e normas de comportamento por meio da repetição, revelando uma continuidade em relação ao passado. Segundo Baczko (1985), uma das funções do imaginário social é construir uma matriz de tempo coletivo no plano simbólico, intervindo diretamente na memória coletiva em que os acontecimentos contam menos do que suas representações imaginárias. Os conceitos de cultura, tradição e imaginário social se apresentam ao campo do turismo como uma forma de entendimento dos usos simbólicos da atividade no patrimônio cultural em um jogo dialético no espaço e no tempo.

A propósito, Huizinga (2001) compreende o conceito de jogo como inerente à cultura, uma vez que ela possui um caráter lúdico e se processa no ambiente do jogo e sob suas formas. Para o autor, a função do jogo é definida por dois aspectos: “uma luta *por* alguma coisa ou representação *de* alguma coisa” (p.16). Nessa perspectiva histórica, o jogo é tido como um fenômeno cultural cujo fator lúdico tem importância fundamental para a civilização. Os aspectos do jogo se confundem, tornando-se uma batalha de representações sociais, *tradições inventadas* e símbolos que legitimam e/ou deslegitimam o patrimônio cultural. A

partir da compreensão lúdica do jogo entre o turismo e a arquitetura vernácula, é possível refletir a ação dos turistas e seus anseios com o intuito de propor formas interpretativas para a fruição do patrimônio. Antes disso, porém, é necessário inserir primeiramente a comunidade local como protagonista deste contexto.

O patrimônio cultural é permeado por uma construção sociocultural extremamente influenciada pela política e economia, tal como ocorre com a atividade turística. O patrimônio pode ser reinterpretado como um símbolo que sofre, entre outros processos, a ação do turismo em um processo geralmente controverso. De acordo com Bourdieu (2002), a cultura que une é também a cultura que separa, corroborando as distinções, compelindo todas as culturas a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. No entanto, o conceito contemporâneo de cultura não é algo fechado ou limitado a alguma tendência, pois é dinâmico e circula entre as esferas sociais em um processo híbrido entre o local e o global. Uma manifestação cultural, alçada a bem patrimonial e a atrativo cultural pode ser vista como um jogo mediador entre o passado e o presente, tanto para representação do passado como denominador comum de uma dada localidade e/ou grupo social, quanto para o lazer contemporâneo em atrativos culturais para usufruto do turismo.

Partindo da premissa de que o patrimônio cultural incorpora-se em processo histórico que preza a inclusão de uma memória coletiva e, conseqüentemente, de um dado processo identitário, pensamos o turismo cultural como forma de valorização patrimonial, o qual pode dialogar com a preservação e difusão da arquitetura vernácula, desde que o processo de turistificação seja fruto do associativismo que é próprio ao turismo de base comunitária. Deve-se levar em consideração, sempre, que os habitantes do lugar tanto são os mais afetados pela atividade turística quanto são eles próprios que devem almejar a preservação das práticas, técnicas e materiais do vernáculo – e são capazes de tanto.

Diante de tal, os habitantes do lugar são os atores que devem fornecer substrato para a composição do patrimônio cultural e seu usufruto turístico, no sentido de trocas culturais em acordo com as subjetividades dos sujeitos envolvidos. “Estas funciones son determinadas por los sujetos, pero los sujetos no son el sujeto [...] La subjetividad de la que se habla aquí es en definitiva intersubjetividad” (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 154). Nessa mesma direção, a arquitetura vernácula atrela-se à vida cotidiana das pessoas e suas formas de construir e representar o patrimônio edificado por meio de suas tradições: “o processo que leva à materialidade das edificações não é menos importante do que elas próprias, mas tem protagonismo nos estudos e reflexões” (TICLE; REZENDE, 2018, p. 119). O vernáculo é

uma expressão própria do lugar, tem protagonismo na construção dos sentidos de identidade e territorialidade de seus habitantes e é reproduzido por meio de sua transmissão empírica como um saber tradicional do respectivo grupo social.

Diante do jogo dialético estabelecido entre o patrimônio cultural e o turismo, nos questionamos: o turismo cultural é, de fato, um caminho para a conservação da arquitetura vernácula ou apenas mais uma plataforma de exploração comercial artificial? É possível atrelar educação e lazer pelo viés do turismo cultural em prol da tomada de consciência coletiva sobre a arquitetura vernácula? Quais são as contingências do uso turístico da arquitetura vernácula para as comunidades autóctones?

Pela incipiência do trato teórico e prático de tais problematizações, é válido ponderar: não devemos considerar o viés econômico como principal fator propulsor para o turismo nas comunidades, pois é preciso pensar prioritariamente os seus desdobramentos culturais em geral e, em específico, os seus resultados sociais e ambientais; por via de regra, a maioria dos viajantes contemporâneos prioriza o consumo fugaz da cultura induzido por uma provação social; os gestores do patrimônio cultural brasileiro pouco se aproveitam dessa demanda para a educação, diante da precariedade de acesso das políticas públicas culturais para um público amplo no país; não é possível desconsiderar o valor que conseguiria ser agregado caso novas formas de lazer e educação, afeitas a experiências de alteridade e diversidade e avessas à contemplação narcísica, animassem a eclosão de novas formas de apropriação do patrimônio cultural; vê-se que há pouca ou nenhuma preocupação em estabelecer relações de hospitalidade (reciprocidade) entre os atores envolvidos no processo de turismo cultural; as discussões teóricas e práticas interdisciplinares são base para a constituição de novas concepções para o uso sustentável do turismo na compreensão, vivência e conservação do patrimônio. Por essas razões e outras mais, aponta-se para o estudo do jogo dialético entre o patrimônio cultural e o turismo e sua perspectiva paradoxal.

## **PARADOXOS DO USO TURÍSTICOS NO PATRIMÔNIO CULTURAL: PREMISSAS SOCIAIS**

As concepções para o uso turístico do patrimônio cultural brasileiro são controversas e, por vezes, contraditórias, tais como as diferentes perspectivas dos estudiosos do tema. Podemos apontar diferentes pesquisas que ressaltam esse caráter ambíguo, como o faz

Horta (2005) ao acusar o turismo de “vomitar gente na goela do monstro de arenito e nos portões e escadarias de nossas casas históricas e espaços de arte e ciências” (p. 222). É certo que o público melhorou em níveis quantitativos, mas o aproveitamento que se tem do contato com bens culturais parece bastante restrito que visita bens culturais sem vontade própria, conforme ressalta Meneses (2007). O uso do patrimônio pelo turismo cultural não pode se restringir à sua espetacularização (FUNARI, 2006) e ao mergulho reduzido do passado no presente (SIQUEIRA, 2008), sob pena de se tornar inábil como ferramenta social para a conservação do patrimônio cultural e a reprodução das comunidades diretamente relacionadas a ele.

De outra forma, existem visões que incorporam uso turístico no patrimônio, a exemplo da que emana do encontro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1976, em Bruxelas (Bélgica), e que situa a atividade turística com um feito social, humano, cultural e econômico irreversível. Nessa mesma linha, Meneses (2004) menciona que as mediações que se fazem entre a cultura passada e o cotidiano possibilitam o entendimento, a contextualização instigante e a memorização prazerosa. Já Brusadin (2015) afirma que a interlocução entre um saber-fazer histórico e um saber-fazer turístico pode auxiliar no processo de educação do patrimônio por meio de sua interpretação.

A “aceleração da história” na pós-modernidade, nos termos de Cardoso (2007), tem sido um dos principais fatores a impelir muitos de nossos contemporâneos a buscarem, em elementos do arcaico, uma experiência de contraposição. Todavia, deve-se reconhecer que a atividade turística é uma maneira do sujeito se relacionar com um passado distinto dos historiadores, posto que o passado pode se apresentar apenas como pretexto do presente e como uma ferramenta de lazer contemporâneo em um cenário de *tradições inventadas*, tidas como antigas, mas forjadas por forças estranhas à História e à Conservação do Patrimônio Cultural. A narrativa histórica no turismo tem mais a ver com o que é pitoresco e alegórico e relaciona-se a uma experiência de lazer e contemplação.

Em virtude de seus sabidos benefícios e apesar de seus malogros históricos, o turismo cultural pode proporcionar ao patrimônio um diálogo com o presente por meio de novas apropriações sociais e a reinterpretação de sua recepção. E nessa conjuntura, a arquitetura vernácula pode se associar ao turismo de base comunitária por meio do associativismo em via para preservação das técnicas tradicionais e sua difusão cultural.

Na contramão dessa proposta, é preciso ter em mente que o turismo contemporâneo, em suas modalidades mercantilistas, fruto da sociedade de indivíduos, não se vincula às relações de troca com o *Outro* em sentido coletivo e comunitário. Essa característica social pós-moderna esvai os ideais do turismo de base comunitária e da própria arquitetura vernácula, uma vez que o primeiro se vale da base local para gestão de seu território e a segunda se vale das técnicas construtivas tradicionais dos habitantes locais como prática social de produção de habitação. Como pensar tais práticas culturais eminentemente coletivas em uma sociedade caracterizada pelo individualismo e pela mercantilização da cultura?

Os estudos sociológicos das práticas de hospitalidade – enquanto ato de acolher o *Outro* e suas diversas formas de hostilidade – apresenta-se como forma de compreender tais conflitos inerentes ao jogo entre o patrimônio e o turismo:

[...] es claro que el hombre debe viajar por ocio y por trabajo, y puede encontrar nuevos puntos de vista e intercambios sociales y comerciales. La formación del conocimiento y las prácticas de hospitalidad suponen relaciones donde la mirada siempre es selectiva ante una perspectiva simbólica. En este sentido, el turismo moderno busca relaciones de hospitalidad genuinas para el desarrollo de prácticas dádivas entre sus protagonistas (huéspedes y anfitriones). Así, la sociedad tiene una oportunidad de realizar intercambios asimétricos, ya que para la utopía de la igualdad no es prioritaria en la dádiva, sino el sacrificio por el otro a partir de sí mismo y para sí mismo (BRUSADIN, 2016, p. 536).

Preconiza-se aqui uma ética das trocas sociais e seus sacrifícios, a qual sustenta o permanente diálogo e busca de consenso, baseada nas leis não escritas da *dádiva*. Mauss (2008, p. 106) diz que a dádiva se exprime de maneira mítica, imaginária, simbólica e coletiva, assumindo o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: “estas não estão nunca completamente desligadas aos seus agentes de troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis”. O social surge, assim, sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade que não são explicáveis nem pela ótica do interesse individual, nem da burocracia estatal, mas sim, pelo paradoxo do dom e sua tríade *dar-receber-retribuir*. Desse modo, o termo ‘paradoxal’ presente neste estudo possui o intuito de romper com dicotomias sociais por vezes entendida ora como fruto de uma ação planificadora do Estado ora movida espontaneamente pelo mercado, mas ambas inseridas em contextos unilaterais da sociedade (BRUSADIN, 2018).

## TURISMO DE BASE LOCAL E ARQUITETURA VERNÁCULA: INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A prática da preservação de um bem patrimonial e seu usufruto pelo turismo deve ser preconizada pelos habitantes locais em diálogo com instituições que estejam alheias aos interesses econômicos:

No propone una nueva forma de tecnocracia ilustrada ni de democracia asamblearia, sino más bien una democracia gestionada por representantes social y profesionalmente cualificados, que intenten aplicar los criterios de *negociación y sustentibilidad*. Las decisiones corresponden a los expertos, pero éstos deben ser conscientes de para quién trabajan y de donde proviene su autoridad sobre el patrimonio. La autoridad del experto deriva de su condición de usuário privilegiado, de usuário que vive de y para el patrimonio, que lo há estudiado, lo conoce y lo aprecia de manera especialmente intensa; pero sobre todo de su capacidad para “contar historias convincentes” (Leigh et al., 1994): es decir, de la autoridad que los demás usuários le conceden” (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 173).

As potencialidades do turismo para a conservação da arquitetura vernácula estão, em nossa visão, mais vinculadas aos usos sociais do que aos recursos econômicos. Se os agentes locais estão inseridos no processo de patrimonialização e turistificação esses mesmos podem ser capazes de salvaguardar sua cultura. Caso contrário, modalidades predatórias de turismo e agentes externos interessados apenas em seu enriquecimento podem submeter as comunidades locais a clássicos processos de expulsão econômica e desmantelamento social e, conseqüentemente, acarretar a extinção de suas manifestações culturais com relações de interdependência ou indissociabilidade com espaços tradicionais e, por fim, a *cenarização* desses espaços (TOFANI, 2004, 2008)..

Em uma lógica com base local, a interpretação do patrimônio pode ser assimilada enquanto atividade emancipadora para os autóctones e como ferramenta lúdica que pode atrelar a reflexão histórica e o lazer nos atrativos culturais oferecidos aos turistas. Apesar disso, é preciso ressaltar que a natureza mercadológica do turismo influencia a transmissão e aquisição de conhecimentos sobre determinado bem patrimonial, posto que algumas práticas se limitam apenas a um consumo fugaz e desenfreado. No entanto, a justaposição entre um saber-fazer histórico relacionado à interpretação das fontes e um saber-fazer turístico voltado para uma forma de lazer problematizadora da História podem auxiliar no processo de (re)conhecimento do passado. Aquilo que, conforme Huizinga (2011), é a presença do fator lúdico nos processos culturais, como criador de muitas das formas

fundamentais da vida social e de sua compreensão enquanto parte de uma comunidade e de um lugar.

A ação da interpretação populariza o conhecimento e auxilia na conservação do patrimônio. Tilden (1997) afirma que: “através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação, e através da apreciação, a proteção”. A interpretação é a revelação de uma ideia por detrás de qualquer depoimento ou fato, a qual capta a mera curiosidade para o enriquecimento da mente e do espírito humano. Tal conduta possibilita incluir os mais diversos públicos e podem levar a passagem do uso dos bens à concepção do patrimônio na aprendizagem da história e da arquitetura vernácula. Abre-se a possibilidade de problematizar o passado por meio de suas práticas e representações no presente, valorizando o cultural do patrimônio, respeitando-o e preservando-o. A interpretação se dá, propriamente, por ferramentas comunicativas – lúdicas – aplicadas ao turismo de base local e em suas comunidades receptoras com suas práticas tradicionais. O vernáculo poderia, assim, não ser apenas observado e consumido fugazmente em comunidades tradicionais, mas sim, *elaborado* e *sentido* pelos turistas em meio ao saber-fazer dos habitantes locais que conservam tais técnicas.

Dessa maneira, o caminho da interpretação do patrimônio parece ser uma forma bastante oportuna, posto que busca atrelar lazer ao conhecimento, em uma perspectiva tida como mais participativa para a fruição de um dado patrimônio. O desafio é como aplicar tais premissas para um público diversificado e, não raro, tendendo à celeridade e a artificialidade na experiência de usufruto de bens culturais e, ainda, como alçar a valor social e desejo individual a verticalização dessa experiência e de todo e qualquer contato com as demais manifestações culturais do lugar.

As ações de implantação de um turismo de base comunitária para o patrimônio, a organização de oficinas-escola e atividades lúdicas são fundamentais para o processo de envolvimento da população local e responsabilidade coletiva para com o patrimônio. Isso pode contribuir para a consolidação de políticas de inclusão social e a conservação no contexto de um dado patrimônio cultural. É uma porta que se desvela para a participação nos valores simbólicos do patrimônio, com um sentimento de fazer parte dessa construção em constante movimento, seja pela prática contemporânea do turismo, seja pela inclusão social das comunidades tradicionais.

## **TURISMO VERNÁCULO DE BASE COMUNITÁRIA: O LUGAR DENTRO DO LUGAR**

Podemos então nos perguntar: turismo vernáculo é possível? Caso essa vertente do turismo seja preconizada, seria contraditória se ela não fosse composta pelos membros da sua própria comunidade, pois o vernáculo é *o lugar dentro do lugar*, como nos diz Lemos (2004). Dessa maneira, a base comunitária é a premissa fundamental para se pensar em uma proposta de turismo vernáculo cujos princípios partem das próprias comunidades e suas premissas sociais em uma prática de acolhimento ao *Outro*.

O próprio patrimônio cultural deve ser pensado sob a ótica de políticas de hospitalidade em vias das relações de reciprocidade, por meio de atos livres e obrigatórios, tal como aponta as leis da dádiva de Mauss (2008). O *turismo vernáculo de base comunitária* pode lançar propostas de *políticas de hospitalidade associativas* que almejam os anseios da própria comunidade em suas trocas sociais com os agentes externos. A interpretação (fruição) para a conscientização do patrimônio da arquitetura vernácula pode ser um dos matizes para a preservação dos saberes tradicionais e sua fruição como *lugar dentro do lugar*. Tal prática se diferencia do modo da apropriação economicista do turismo contemporâneo e sua incorporação no patrimônio cultural pelo mercado, ainda que isso seja um desafio aos atores locais diante das práticas de poder.

Para a construção de tais bases teóricas e práticas, os embates e hermetismos de campos disciplinares devem ser suprimidos pela interdisciplinaridade, pois só existe saber na invenção, na reinvenção, na troca e na busca inquieta, impaciente e permanente em que os seres humanos não sejam meros expectadores do mundo e, quiçá, estejam mais propensos à hospitalidade e suas relações de reciprocidade com o *Outro*.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BACZKO, B. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985 (Volume 5).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSADIN, L. B. **História, Turismo e Patrimônio Cultural**: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no Imaginário Social. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

BRUSADIN, L. B. Os Paradoxos do Acolhimento em Minas no Século XIX de acordo com a Literatura de Viagem: hospitalidade e hostilidade. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v.18, p.108-122, 2018.

BRUSADIN, L. B.; PANOSSO NETTO, A. La Dádiva y el Intercambio Simbólico: supuestos sociológicos y filosóficos para la teoría de la hospitalidad en las sociedades antiguas y modernas. **Estudios y Perspectivas en Turismo** (En Línea), v.25, p.520-538, 2016.

CARDOSO, C. F. Tempo e História. **Cuadernos Digitales: Publicación Electrónica de Historia, Archivística y Estudios Sociales**. San José: Universidad de Costa Rica, Escuela de Historia, n.24, novembro de 2004.

CARTA DE TURISMO CULTURAL. ICOMOS 1976. **Cadernos de Sociomuseologia**, N. 15, 1999.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 1990.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORTA, M. L. P. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. In: CHAGAS, M. (Org.). **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 31, 2005.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEMOS, E. Cidade de Férias: **Vernáculo Turístico** – O lugar, dentro do lugar, a casa na aldeia – O aldeamento turístico. Portugal, 1960-1970, 2004.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Edições 70: Lisboa, 2008.

MENESES, J. N. C. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, U. T. B. Para que serve um museu. Entrevista. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 2, n. 19, abril 2007.

MUÑOZ VIÑAS, S. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

SIQUEIRA, L. A micro análise na pesquisa em história do turismo. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano V, n. 1, p. 117-130, jun. 2008.

TICLE, M. L. S.; REZENDE, M. A. P. Nova História e Arquitetura Vernácula: diálogos. **Arquiteturarevista**. Vol. 14, n. 2, p. 115-123, jul./dez. 2018.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 1977. 3a. edição.

TOFANI, F. P. Os Desafios do Desenvolvimento Turístico Sustentável em Comunidades Tradicionais Frágeis. **Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 13-25, janeiro-junho de 2004.

TOFANI, F. P. **Erejakasó piáng?: As Culturas Sambaqueira, Aratu, Tupiguarani e Portuguesa e a Produção do Espaço do Extremo Sul da Bahia, Brasil**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, 494 p. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia).